

A FEIRA-LIVRE DA AGRICULTURA FAMILIAR DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES EM TEMPOS DE COVID-19: A PERCEPÇÃO PROTAGONISTA DOS FEIRANTES

J. A. PALMEIRA¹, F. C. DE CARVALHO², R. DA C. CAETANO³
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7115-6908>¹
jonadablealves@gmail.com¹

Submetido 30/11/2020 - Aceito 23/03/2021
DOI: 10.15628/holos.2021.11662

RESUMO

No artigo analisa-se a percepção e as estratégias de comercialização da produção adotadas pelos trabalhadores da Feira-livre de Venda Nova do Imigrante diante das medidas de contenção da Covid-19 pela prefeitura. Com a vulnerabilidade humana frente à pandemia, a prefeitura suspendeu preventivamente o funcionamento local da Feira-livre, abrindo a modalidade *delivery*, possibilitando a continuidade da comercialização com adequação, bem como o uso de *tickets* da política pública de fomento à agricultura familiar. Na metodologia, priorizou-se a abordagem qualitativa, com

referenciais acadêmicos e oficiais à compreensão temática e à caracterização do recorte. Após diálogo prévio com representantes da Administração da Feira-livre, realizou-se o contato com os sujeitos da pesquisa (membros da Associação da Feira-livre) para se encaminhar perguntas e obter respostas por aplicativo de celular. O protagonismo e a capacidade de organização dos feirantes revelaram-se no retorno flexibilizado da Feira-Livre, embora as condições individuais de comercialização suscitem o arrefecimento da coletividade.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas, Desenvolvimento, Pandemia.

FAMILY FARMING STREET FAIR OF VENDA NOVA DO IMIGRANTE / ES IN TIMES OF COVID-19: THE PROTAGONIST PERCEPTION OF STREET FAIR VENDORS**ABSTRACT**

The article analyzes the perception and strategies of commercialization of the production adapted by the workers of the Venda Nova do Imigrante street fair in view of the Covid-19 containment measures by the city hall. Due to human vulnerability in the face of the pandemic, the city hall preventively suspended the local operation of the street Fair, opening a delivery modality, enabling the continuity of adequate commercialization, as well as the use of vouchers from the public policy for promote the family farming. In methodology, we prioritized the qualitative approach, with academic and official

references to thematic understanding and characterization of the clipping. After a previous dialogue with representatives of the street fair administration, contact was made with the research subjects (members of street fair Association) to ask questions and get answers by cell phone application. The protagonism and organization of the workers were revealed in the flexible return of the street fair, although the individual conditions made the collective sense diminish.

KEYWORDS: Public policies, Development, Pandemic



1 INTRODUÇÃO

A agricultura de base familiar tem se destacado no debate sobre a produção de alimentos no Brasil. No último Censo Agropecuário a relevância dessa categoria é evidenciada quando, por exemplo, se compara a proporção da ocupação territorial (23%), tomando como referência a área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, com sua capacidade de empregabilidade (67%), considerando os trabalhadores atuantes na agropecuária (IBGE, 2019).

Outra dimensão da agricultura familiar é a diversificação da produção (Aguiar *et al.* 2017), bem como o atendimento a diferentes mercados (EMBRAPA, 2016). Constitui-se, portanto, em segmento fundamental à soberania alimentar pela produção de gêneros alimentícios que os grandes complexos agroindustriais não contemplam em sua plenitude.

O bom desempenho da agricultura familiar já reverberado no meio acadêmico foi reconhecido pelas agências governamentais. Todavia também é preciso reconhecer que o Estado brasileiro tem, historicamente, contemplado desproporcionalmente a elite agrária em detrimento da agricultura de base familiar (Carneiro, 1997).

Foi somente nos anos 1990, após décadas de lutas de associações e movimentos sociais no campo, que a categoria, não obstante interstícios e discrepantes investimentos, passou a constar significativamente na agenda do governo federal para implementação de políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996 (Brasil, 1996). No entanto, seu alcance é limitado e outras vulnerabilidades históricas, geralmente, ainda não foram devidamente superadas, tais como a saúde e a educação do campo.

Nesse sentido, muitas ações governamentais de enfrentamento à pandemia da Covid-19 podem encontrar obstáculos envolvendo um contexto de desinformação, dificuldades para interpretação e decodificação de cuidados pertinentes. Assim, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão no que tange à percepção dos feirantes acerca das ações do poder público municipal nos tempos da pandemia, tendo como objeto de análise a Feira-livre de Venda Nova do Imigrante, para a qual são engendradas adequações para comercialização frente às “imposições” da Covid-19, visando ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Venda Nova do Imigrante (VNI) localiza-se na microrregião sudoeste serrana do estado do Espírito Santo (IJSN, 2009), possuindo um território de 185,909 km², com uma população de pouco mais de 25 mil habitantes (IBGE, estimativa 2020). Associada à agricultura familiar encontra-se a agroindústria artesanal enquanto atividade produtiva de caracterização municipal e de representação tanto ao desenvolvimento rural quanto de criação da Feira-livre.

A Feira-livre nasceu em 2009, com uma forte estrutura organizacional, fruto da articulação interinstitucional dos setores da sociedade civil e das instituições públicas, tendo como base de participação dos membros feirantes a Associação da Feira-livre da Agricultura Familiar de Venda Nova do Imigrante. É composta por um Conselho Gestor, pela Administração da Feira-livre, que são



feirantes eleitos pelos pares para conduzir a sua organização e dialogar com o poder público municipal (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Venda Nova do Imigrante, 2009).

2 METODOLOGIA

No percurso metodológico são utilizados referenciais acadêmicos e oficiais para melhor compreensão das temáticas, a exemplo da agricultura familiar, e à caracterização do recorte, preconizando-se a abordagem qualitativa da estruturação da pesquisa bibliográfica a sua operacionalização exploratória. Quanto ao cenário encontrado, levantamos informações encontradas no *site* da Prefeitura sobre o “enfrentamento” à Covid-19, principalmente quanto às especificidades da Feira-livre de Venda Nova do Imigrante (VNI).

Como procedimento, contou-se com o estudo de caso, no qual a partir da pesquisa de campo procedeu-se com a observação direta e a aproximação aos sujeitos da pesquisa. Na visão de Fonseca (2002, p. 33) “o estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes”.

A fim da obtenção de informações (fonte primária) para o desenvolvimento da análise de conteúdo, enquanto conjunto de técnicas para inferência e descrição das mensagens (BARDIN, 2016), estabeleceu-se contato com representantes da administração da Feira-livre para explicar o objetivo da pesquisa, bem como mencionar a necessidade de comunicação para com os feirantes.

Após a explicação da pesquisa aos 22 feirantes, que voluntariamente concordaram em participar, os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido foram assinados e os contatos telefônicos fornecidos no mesmo documento, no dia 23 de outubro de 2020. Todos concordaram em participar da pesquisa e no interstício até o dia 28 de outubro as entrevistas estruturadas enviadas pelo *WhatsApp* foram respondidas pela metade dos feirantes, sendo 03 mulheres e 08 homens. Para não se revelar a identidade de cada participante, a referência está de acordo com a inicial da palavra feirante em maiúsculo (F) e com a sequência das respostas em F 01, F 02 e assim sucessivamente, com exceção de feirante representante da Administração da Feira-livre.

As perguntas tiveram como finalidade captar a percepção dos sujeitos acerca da conjuntura da Feira-livre, revelando o perfil dos feirantes e as estratégias de adequação em atenção às consequências da Covid-19, destacando nas respostas a formação de temáticas sobre política, organização, localização e comercialização, com possibilidades diferenciadas para geração de renda e atendimento à população local com prevenção. Nesse sentido, o estudo de caso revelou-se condizente com a presente proposta de pesquisa, proporcionando revelar as principais particularidades do objeto estudado por meio dos sujeitos que protagonizam a dinâmica da Feira-livre de VNI, tendo na análise de conteúdo das respostas coletadas e transcritas a técnica que possibilitou uma melhor compreensão da realidade. Assim, após uma “leitura flutuante” (Bardin, 2016, p. 68) e a organização das temáticas conforme as perguntas, as respostas subsidiaram a elaboração de parte do texto, os achados significativos foram enumerados por participantes e os trechos mais representativos selecionados para elucidação das problemáticas pertinentes.



Para a melhor organização textual, o artigo está estruturado em três seções cujos motes principais são, respectivamente, contextualização, agricultura familiar e comercialização, que constitui a vertente mais analítica do artigo para deslindar os resultados com viés crítico.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO: A DIVERSIDADE E A TERRITORIALIDADE DA MUNICIPALIDADE

As dificuldades encontradas e a ausência de políticas estatais significativas no processo de ocupação e organização do território de Venda Nova do Imigrante foram aos poucos sendo superadas pela resistência dos imigrantes combinada ao desenvolvimento da organicidade da comunidade, com forte identidade e coesão social, componentes do *ethos* da camponêsidade. A estrutura fundiária da região foi extremamente alterada na virada para o século XIX. Com a abolição da escravatura, antigas fazendas que concentravam grandes extensões de terras faliram e foram fragmentadas em pequenas propriedades, a partir das quais os imigrantes italianos exerceram o protagonismo (Novaes, 1980).

Os reflexos desse processo típico de uma vertente da questão agrária ainda podem ser sentidos na estrutura fundiária e na dinâmica socioeconômica da agricultura familiar, terminologia utilizada para o presente trabalho até mesmo pela melhor aceitação ou reconhecimento dos atuais produtores locais, mas os autores não desconsideram a histórica ascendência camponesa.

O espaço da agricultura familiar em VNI se organiza a partir de uma racionalidade que tem na identidade cultural e territorial os elementos centrais para a reprodução da família. As estratégias para manutenção das condições de produção da propriedade agrícola tendem a sobrepor a vontade coletiva à individual. Os esforços são dirigidos para evitar a fragmentação da propriedade e da família, considerando-se, coletivamente, as áreas de plantio diversificado; criação de animais; agroindústria familiar; agroturismo; casas de moradias. Não obstante, excetuam-se alguns loteamentos periurbanos sob a motivação da expansão da malha urbana e da especulação imobiliária.

O senso de coletividade que tem sido um importante elemento nas relações familiares no interior das propriedades também tem reflexos na organicidade da comunidade. Segundo Zandonadi (1992) os agricultores familiares de Venda Nova do Imigrante têm, desde 1927, buscado a organização coletiva em cooperativas e associações para superarem as dificuldades típicas dos pequenos produtores. Nesse sentido, é possível afirmar que a produção da agricultura familiar de Venda Nova do Imigrante se organiza coletivamente desde início do século XX, tendo a cafeicultura como atividade majoritária e a comercialização do café como uma tradição herdada dos antigos produtores portugueses (Zandonadi, 1992).

Uma série de eventos culminou para que o desenvolvimento da produção agrícola, para além do café, saísse da condição de incipiência, a saber: a emancipação do município (1989), com a criação de infraestrutura para atender os produtores; o advento do agroturismo, como elemento da reafirmação midiática da cidade e enquanto “catalisador” de políticas públicas como construção



e manutenção de estradas, além de políticas de crédito agrícola, a exemplo do Pronaf (1996), que possibilitou investimentos na produção.

Mesmo diante da abertura de mercados e, conseqüentemente, das novas possibilidades de produção e comercialização, as cooperativas e as associações têm sido estratégias importantes para a defesa dos interesses dos agricultores familiares frente às demandas de extensão rural, assistência técnica, escoamento da produção, dentre outras, e em prol do agendamento de políticas para o setor.

A Feira-livre de VNI também é fruto do esforço da coletividade, representando o protagonismo histórico da agricultura familiar ratificado no engendrar de uma política pública municipal. Quanto à difusão de suas informações, encontram-se publicações no *site* da prefeitura e a comunicação entre os feirantes e os consumidores, ao longo da pandemia da Covid-19, ocorre principalmente pelo aplicativo *WhatsApp*.

4 AGRICULTURA FAMILIAR: RECONHECIMENTO E FORTALECIMENTO

O protagonismo e a organização dos agricultores familiares alavancaram capital político suficiente para conseguir a promulgação da Lei nº 835/2009 que instituiu o Programa Vale Feira, concedendo aos funcionários públicos municipais um valor mensal em *tickets* para serem gastos apenas na Feira-livre e durante seu horário de funcionamento.

O referido programa tem desempenhado um importante papel como política pública em prol do desenvolvimento da agricultura familiar. Entre os anos 2012 e 2020, a Prefeitura destinou R\$ 7.609.000,00 do orçamento municipal para o programa “Vale feira” (Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, 2020), beneficiando o servidor público, dinamizando a produção e a comercialização da agricultura familiar e potencializando o consumo na comunidade.

Reconhecida a força da agricultura familiar e o seu desdobramento no agroturismo, a Prefeitura de Venda Nova do Imigrante se dirige aos agentes da produção e da comercialização local, majoritariamente por meio do *site* oficial e da veiculação de materiais específicos. Observamos que tal estratégia de disponibilização da informação é complementada pelas dinâmicas da organização social local, a partir dos espaços de comunicação e do espraiamento das redes, incluindo as sociais, cumprindo-se a missão de alcançar significativamente a população.

Assim, para além de protocolos comuns, as postagens da Prefeitura se juntam ao protagonismo da agricultura familiar, bem como da organicidade social e cultural, para ampliar os resultados da informação, convertida em comunicação para arrefecer o ímpeto da contaminação da Covid-19 e dar conta das condições reais de geração trabalho e renda no/do campo em meio às dificuldades inerentes à pandemia, enfrentando-a estrategicamente.



No município de Venda Nova do Imigrante a primeira orientação normativa acerca das medidas gerais de prevenção e controle da disseminação da Covid-19 se deu em 16 de março de 2020, por meio do Decreto 3.415/2020. Mas é no Decreto 3.422 de 20 de março de 2020 que ficaram estabelecidas a medida restritiva mais específica para o município, como a suspensão das “feiras livres, visitas: a praças, campos e quadras esportivas, casas de culturas, atividades em organizações não governamentais (ONGs) e associações comunitárias [...]” (Art. 5º, III).

Diante desse novo contexto, a informação realizada pela administração pública, de maneira geral, tem percorrido o seguinte itinerário: (1) publicação dos textos legais (Leis, Decretos, Instruções normativas etc.) em plataforma oficial da Prefeitura; (2) publicação dos principais pontos dos textos legais em formato simplificado no *Facebook*; (3) as postagens no *Facebook* circulam com mais velocidade no aplicativo *WhatsApp*.

Para além das informações gerais, a Prefeitura tem recorrido aos materiais específicos e elucidativos para ampliar a capacidade de comunicação, dentre os quais explicações sobre a Feira-livre de Venda Nova do Imigrante, que será melhor trabalhada na próxima seção. Os materiais referentes à Feira-livre da agricultura familiar contemplam aspectos informativos. As imagens na figura 1 (1a e 1b) indicam o período de suspensão e retorno das atividades, respectivamente, enquanto a figura 1d, na esteira da volta da Feira, informa sobre a continuidade do uso do “Vale feira” pelos funcionários da Prefeitura. Neste íterim, foi desenvolvida uma alternativa ao dia e local convencionais de sua realização (às sextas-feiras à tarde na rua), a feira *delivery* (figura 1c).



a)



b)



c)

d)

Figura 1: Comunicação da Prefeitura Municipal acerca da organização da Feira-livre - (a) Suspensão da Feira-livre no dia 19 de março de 2020; (b) Retorno em caráter experimental no dia 12 de maio de 2020; (c) Criação do espaço da agricultura familiar no site institucional “Feira-livre *delivery*” no dia 28 de maio de 2020; (d) Adequação do programa Vale feira para atender ao novo formato da Feira-livre, no dia 04 de junho de 2020.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, 2020.

A Feira-livre na modalidade *delivery* foi uma inovação estratégica desenvolvida a partir da interação entre a Prefeitura e a Associação da Feira-livre da Agricultura Familiar, com o objetivo de ampliar as redes de comércio direto entre agricultores familiares e consumidores, dinamizar os circuitos e os expandir sobre o território de Venda Nova do Imigrante, o que, por outro lado, acabou proporcionando assimetrias no acesso aos consumidores entre os agentes produtores, principalmente devido às condições de localização para comercialização.

De maneira geral, os esforços da Prefeitura contemplaram o fortalecimento da agricultura familiar, tanto pelas ferramentas de comunicação quanto pelas possibilidades à comercialização a partir da flexibilização da Feira-livre de VNI. Os feirantes, então, para além do reconhecimento da Prefeitura, empreenderam suas próprias estratégias de comercialização.

5 COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM TEMPOS DE COVID-19: O PROTAGONISMO DOS FEIRANTES DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

À luz das restrições impostas pela pandemia de Covid-19, a agricultura familiar de Venda Nova tem adotado estratégias para produzir e conseguir comercializar seus gêneros. Dentre os mercados que a agricultura familiar está integrada, a Feira-livre foi um dos mais impactados pelas limitações impostas pela Covid-19.

No rol das medidas restritivas, a Prefeitura municipal suspendeu a Feira-livre entre os dias 19 de março e 12 de maio, quando houve um retorno em caráter experimental. O retorno em definitivo no mês de junho de 2020. Com a suspensão da Feira o impacto foi imediato na agricultura familiar, uma vez que a maior parte das culturas produzidas tem curto prazo de durabilidade. Além disso, a incerteza da Feira acabou por influenciar diretamente na dinâmica produtiva das famílias.

Apesar de um cenário que implicava na impossibilidade de comercializar a produção na Feira-livre e comprometer a renda familiar, oito (08) feirantes respondentes das perguntas da pesquisa (correspondência de 08 em 11) acreditam que a ação da Prefeitura de suspender temporariamente a Feira-livre foi necessária.

Eu acho que foi uma decisão acertada, né? No momento a gente não sabia ainda o que estava acontecendo no Brasil e no mundo eu acho que foi bem direcionado sim. (F 02, 2020).

Achei que foi uma ação necessária, pois a feira era um ponto que gerava aglomeração. (F 06, 2020).

No entanto, três (03) feirantes não consideram a suspensão temporária da Feira-livre como uma ação positiva da Prefeitura. Os feirantes que disponibilizam produtos *in natura* demonstraram maior insatisfação com a paralisação da Feira-livre. O principal questionamento dos feirantes é quanto ao tempo de adaptação, já que a produção agrícola tem sua organização vinculada ao calendário da Feira-livre e com a suspensão abrupta, na visão desses produtores, houve perdas que poderiam ter sido evitadas. Além disso, o debate acerca dos critérios que determinariam quais mercados deveriam ser fechados foi pauta recorrente entre os feirantes.

É o seguinte, a feira que foi suspensa em março para mim foi péssimo. Porque nós ficamos sem vender os nossos produtos, sendo que nossos produtos são primários, né? São verduras essas coisas assim, então não tem como manter guardado em geladeira, se deu tempo de colher, tem que colher e vender. Aí como não foi vendido então a gente perdeu. Para nós foi prejuízo, então eu não gostei da suspensão não, para falar a verdade eu não gostei. (F 03, 2020).

Bom, de início eu achei válido, mas logo em seguida que a gente percebeu que nenhum comércio, no caso Supermercado, teve paralisação, eu já achei desnecessário a parada e pelo tempo em que ficou parado. (F 07, 2020).

Durante esse período de suspensão da Feira-livre, os servidores públicos deixaram de usar os *tickets* do Programa Vale feira (atualmente no valor mensal de R\$ 108,00) o que configurou num impeditivo para as possíveis estratégias da agricultura familiar. Ademais, havia uma pressão dos servidores públicos municipais para que os *tickets* fossem aceitos nos estabelecimentos do comércio local, o que vai de encontro do propósito da política de fomento à agricultura familiar, conforme a Lei municipal nº 835/2009.

Nesse contexto, a Prefeitura, em consenso com a Associação da Feira-livre da Agricultura Familiar, passou a permitir que os associados recebessem os *tickets* em outros espaços na compra dos seus produtos.

Eu acho válido, porém com restrições, né? É muito cômodo para o cliente você tá em casa e receber a feira. Eu acho que isso veio para ficar, né? Aumentou bastante os números de delivery, mas para alguns feirantes, né? Para outros não. Então é algo a se pensar com carinho porque ajudou alguns prejudicou outros. (F 07, 2020).



A autorização para receber os *tickets* do programa Vale feira tornou viável economicamente a adoção de novas estratégias de comercialização da produção agrícola. A Prefeitura criou uma plataforma em seu *site* para a divulgação da modalidade *delivery* da Feira-livre, na qual os agricultores têm os seus produtos anunciados e os consumidores podem entrar em contato diretamente por telefone, *e-mail* ou *WhatsApp*.

O negócio do site da Prefeitura que dá para ver os produtos [...] eu gostei da forma que foi organizado. Eles mandam uma planilha Excel, tem até uma planilha para cada funcionário [...] eu que sou feirante eles atualizam lá os preços e tudo, então as pessoas ficam sabendo, muitos dos meus clientes eu fiz por causa disso. (F 01, 2020).

Mesmo considerando as estratégias coletivas, como a plataforma desenvolvida pela Prefeitura e as possibilidades de ações individuais, como a venda por aplicativo *WhatsApp*, no geral, a comercialização dos feirantes foi muito menor durante a pandemia. Dos onze (11) respondentes, nove (09) afirmaram que tiveram redução na renda familiar.

No meu caso esse sistema do Delivery me prejudica muito, porque eu vendo muito menos e minha venda está restrita mais ou menos a 30%. A minha venda caiu 70%. (F 08, 2020).

Durante a pandemia em que a feira voltou a renda diminuiu, por causa do delivery, como as pessoas já estão recebendo os produtos em casa muitas pessoas não estão indo ao local da feira e isso reduziu circulação de Ticket entre os feirantes. Igual comentado anteriormente o delivery não funcionou para todos, né? Então, quem tá indo na feira não faz delivery. E a quantidade de ticket reduziu na feira. (F 04, 2020).

Apenas dois feirantes relataram aumento da renda familiar na modalidade *delivery*. Os perfis desses dois respondentes são muitos parecidos, pois são os mais jovens dentre os participantes (18 e 25 anos) e moram em comunidades rurais próximas à sede do município. Ambos têm familiaridade com as redes sociais e durante o período de suspensão da Feira-livre e funcionamento no modelo *delivery* começaram a divulgar os produtos na internet.

Tem feirante que mora muito longe, aí tipo assim, o feirante que mora mais perto para ele fazer o delivery é muito mais fácil para ele, ficou meio desigual isso negócio assim entendeu, alguns não concordaram muito, nesse ponto, por causa da desigualdade só que a Prefeitura insistiu para o ticket ser gasto na feira, porque tem opção de liberar os funcionário gastarem o ticket no mercado, supermercado, nesses trem; Tem que o Prefeito não gostou, quer valorizar a agricultura familiar mesmo. (F 01, 2020).

[...] infelizmente não atende a todos os feirantes. Porque como esse sistema do Delivery nem todos os feirantes têm como participar porque têm muitos que moram longe né e não compensa vir para rua pelo tanto de procura. Têm uns que não estão tendo procura pelo delivery então ficaram meio fora das vendas e já tem feirante que aí que foi feito um dia específico para poder fazer entregas, né? E o pessoal tá vindo, tem feirante que tá vendendo bem. Só que ficou um sistema desigual e a gente não conseguiu encontrar uma outra forma para poder beneficiar todo mundo, né? Infelizmente. (FEIRANTE REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO DA FEIRA-LIVRE, 2020).



A localização da propriedade dentro do território municipal foi fulcral para o sucesso neste modelo e somado ao uso diferenciado das redes sociais influenciaram no resultado das vendas. As propriedades rurais periurbanas se favoreceram tanto pela melhor infraestrutura de transporte e Internet quanto pelo menor tempo e custo de transporte; aquelas mais distantes do Centro tiveram dificuldades para atender ao formato *delivery*, admitindo as “imposições” dos fatores locais.

É por exemplo a gente tem feirante que mora no Braço do Sul, no Caxixe, localidades mais longes, então às vezes não compensa para ele, então igual verdura aí o pessoal de Alto Bananeira tá vendendo bem, aí tem esse pessoal que mora longe que às vezes tem alguns pedidos não compensa sair. Entendeu? Perder um dia de serviço, porque quem mexe com agricultura todo dia tem que estar lá e às vezes você perde um dia de trabalho, gasta combustível e não tem retorno, né? (FEIRANTE REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO DA FEIRA-LIVRE, 2020).

*Alguns acabam sendo mais favorecidos que outros e acaba influenciando até mesmo na venda, já que existem feirantes que vivem longe do centro de Venda Nova e não possuem habilidade com o *delivery*. (F 11, 2020).*

*Eu acredito que seja uma boa medida. Né? *Delivery*, porque nesse momento talvez as pessoas não querem ir na feira com medo de se contaminar, então é uma forma delas adquirirem os produtos também em sua casa, dá um pouco mais de trabalho para nós feirantes como muitos não estão fazendo por morar muito longe. Mas fazer o que, né? Conforme vai acontecendo essas coisas a gente tem que se adequar a elas. né? (F 05, 2020).*

Três (03) feirantes, por iniciativa individual, elaboraram lista dos produtos e seus respectivos preços divulgados via aplicativo *WhatsApp* (vide apresentação na Figura 2). A ação, relativamente simples, se mostrou bastante significativa quanto ao alcance de público e valores. Esses feirantes relataram que, a partir do segundo mês de uso do aplicativo, o volume de venda dos produtos já se equiparava ao da Feira-livre presencial. É oportuno frisar que alguns feirantes se valeram de outras redes sociais para divulgação dos seus contatos de *WhatsApp* como espaço de comercialização.

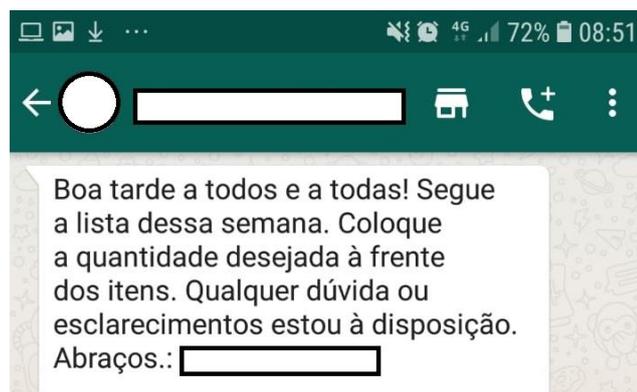


Figura 2: Apresentação para divulgação dos produtos via *WhatsApp* - Captura de tela do celular com recorte e utilização de recurso do Paint (Windows) para não identificação do feirante.

A estratégia foi a utilizar ferramentas online, né? Para poder vender os produtos e divulgar, né? Tipo a prefeitura também ajudou no começo, ela disponibilizou uma planilha para todos os funcionários lá, para botar todos os produtos o preço e o número de telefone. (F 01, 2020).

Então, a gente começou a fazer umas propagandas nas redes sociais aí, para ver se ajudava aumentar as vendas. né? (F 08, 2020).

Sim, na verdade uma divulgação em rede social ajudou um pouco, ajudou bastante. (F 09, 2020).

Em linhas gerais, comunicação é importante para comercialização nesse cenário, todavia não suplanta a magnitude do espaço ou das distâncias referenciais que influenciam nas relações de tempo, deslocamento e escoamento com seus desdobramentos econômicos.

Durante o período em que o funcionamento da Feira-livre ocorreu apenas na modalidade *delivery*, a Prefeitura, em parceria com a Associação da Feira-livre, promoveu treinamentos para os produtores, tanto nas etapas de produção, quanto na organização para comercialização. Os entrevistados na pesquisa foram unânimes acerca da atenção das instituições no que concerne às orientações, que proporcionaram aos feirantes e à comunidade maior segurança.

Os feirantes receberam orientações tanto da Secretaria de Saúde, quanto da Secretaria de Agricultura, da melhor forma possível para o retorno, para ter as medidas de prevenção. (F 10, 2020).

Após diversas reuniões propositivas acerca da possibilidade de liberar a realização da Feira, ficou estabelecido um retorno experimental. Essa etapa foi importante para identificar os prováveis problemas no seu novo formato.

A orientação foi o espaçamento entre as barracas, os feirantes todos usando álcool em gel e máscara e também só permitiriam pessoas entrando com máscara. A gente teve que isolar uma área no polentão e isolar na frente das barracas com distanciamento de um metro, mais ou menos, da banca para as pessoas não transitarem e ter o limite de pessoas entrando em cada barraca. Também a gente teve que contratar três seguranças durante vários dias, para poder um organizar a fila, um outro ficar andando no polentão para pedir o afastamento das pessoas e um terceiro para ficar na saída também para que o pessoal não entre no local da saída e dando informação também. (F 08, 2020).

As adaptações realizadas para o retorno da Feira-livre com segurança apresentaram vários níveis, a saber: mudança da Feira-livre para o centro de eventos Padre Cleto Caliman (polentão), que teve um impacto significativo no seu *layout*, permitindo estabelecer um maior espaçamento entre as barracas, o que aumentou a área de circulação dos clientes; sobre o *modus operandi*, a partir das orientações oficiais, os feirantes passaram a usar máscaras, disponibilizar álcool em gel e organizar as barracas para que os clientes pudessem escolher os produtos guardando uma distância considerada segura.

Distanciamento, fita né, para o afastamento, para não ter contato com a gente. Os compradores e também álcool em gel que fica lá para gente tá sempre de tempo em tempo passando, foi isolado



onde a gente fica e tem nas entradas e saída lá o álcool também para o pessoal que vai lá na feira passar na entrada e na saída. (F 03, 2020).

Além disso, o amplo estacionamento próximo às barracas facilitou a dispersão das pessoas após as compras. Na figura 2, a seguir, demonstra-se a área de circulação dos clientes, com demarcações que favoreceram o distanciamento entre os consumidores e os feirantes.



Figura 3: Adequação da Feira-livre de Venda Nova do Imigrante para prevenção da Covid-19. Fotografia: Primeira autoria, 23/10/2020.

O retorno da Feira-livre e a flexibilização concomitante suscitam possibilidades para o consumidor: (1) comprar presencialmente na Feira-livre; (2) reservar alguns produtos e passar na Feira-livre para pegar e pagar rapidamente; (3) encomendar via telefone e solicitar a entrega agendada.

Dois (02) respondentes acreditam que a flexibilização da comercialização (permissão que o feirante receba o *ticket* fora do espaço e do dia da Feira-livre) deveria prosseguir até o fim da pandemia.

Um momento é uma válvula de escape, né? Você poder receber fora da feira, mas eu sou contra, porque beneficia poucos e tem muitos que por não morar próximo do perímetro urbano aí não pode tá fazendo com facilidade essas entregas, né? Acaba perdendo com isso e terminando a pandemia eu acho que tem que voltar os moldes de antes, né? Para que a coisa seja sadia para todo mundo, no caso da Feira-livre. (F 07, 2020).

Acredito que por enquanto deve continuar da forma que está sendo feita a feira a liberação do ticket fora e com as medidas de prevenção, mas com o futuro fim da pandemia tem que se normalizar como era antes sendo que só pegar o ticket feira na feira não entre não podemos Fazer Entregas de fora da feira vai poder beneficiar todos os seus porque eu gosto estão sendo prejudicados nessa forma. (F 10, 2020).

Os demais feirantes, porém, defendem que a “normalidade” deveria ser instaurada imediatamente. Em meio aos argumentos, em termos gerais, uma parte faz alusão à ausência de restrição de funcionamento dos outros estabelecimentos de comercialização e suscita-se que o acesso à política pública seria mais equânime.

Acho desnecessário já que temos a feira presencial, levando em consideração que vários outros pontos de comércio como supermercados tem aglomeração e ninguém fala nada, a perseguição é apenas com a feira. (F 06, 2020).

Acho que não deveria continuar porque alguns feirantes acabam sendo favorecidos e a feira deixa de cumprir o objetivo que é levar a população até o local onde acontece e a comercialização acontecer somente lá. (F 11, 2020).

Enfim, independente da opinião acerca da flexibilização, a comercialização da produção da agricultura familiar na Feira-livre se configura numa conquista, uma vez que parte dos produtores tem nesse espaço o único acesso às políticas públicas. Dentre os participantes da pesquisa, 08 (oito) respondentes não acessam a nenhuma outra política voltada para a agricultura familiar.

A percepção do protagonismo dos feirantes coaduna com o agendamento da aludida política, ratificando sua força e identidade, bem como a necessidade do debate a respeito da viabilidade de novas inserções de feirantes, considerando-se equidade, vulnerabilidade e inclusão. Não obstante a utilização da terminologia “livre” para a feira de VNI e da vinculação à política pública, existe um controle rígido para a incorporação de novos participantes, revelando que a problematização quanto ao acesso ou ingresso está “engessada”.

6 CONCLUSÃO

A Prefeitura de VNI, para além de inserir no *site* oficial elementos fundamentais de informação sobre a Feira-livre, abre a possibilidade de comercialização em outros espaços, ao permitir a utilização dos *tickets* política pública conhecida como Programa “Vale feira”. Assim, revela-se o protagonismo da agricultura familiar, sua capacidade de representação e comunicação com a Prefeitura para a mencionada adequação, bem como o diálogo a partir de uma organicidade construída pela coletividade. Também merece menção a pressão exercida para a flexibilização do uso dos *tickets* pelos servidores públicos, que por três Gestões municipais recebem tal recurso.

A continuidade da referida política pública mostra o reconhecimento da agricultura familiar a partir do desenvolvimento da Feira-livre e do atendimento aos municípios por meio do serviço *delivery*, apesar das diferentes proporções envolvendo oferta e procura e, principalmente, as influências nas condições de comercialização advindas da questão do referencial territorial, bem como das dificuldades quanto ao uso de tecnologias de comunicação inferidas na pesquisa. Os entrevistados, pelo prisma do reconhecimento, são unânimes no que se refere à atenção das instituições quanto às orientações de segurança em tempos de Covid-19.



A centralidade da Feira-livre na normalidade, localizada em avenida paralela a BR-262 próxima aos comércios e à quadra de bocha ou *boccia* (esporte popular na região), condiz melhor com a democratização do acesso para feirantes (aqueles devidamente cadastrados como membros da Associação) e consumidores. A partir da adequação geral da modalidade livre para *delivery*, após a suspensão da realização da Feira *in loco*, houve sucessivas adaptações, com destaque para aquelas em que a comunicação ampliou a escala de comercialização, enquanto estratégia que inicia coletivamente e culmina na caracterização da tipologia do empreendedorismo individual, ressaltando as vantagens comparativas, especialmente o fator locacional.

Atualmente, a Feira-livre também é *delivery*. Da conjuntura à conjectura, projeta-se a continuidade híbrida do sistema enquanto contemplar com maior efetividade a população ou até o momento da superação desse quadro pandêmico de vulnerabilidade que requer outra dinâmica - a territorial reticular. Por outro lado, não obstante a redução do número de feirantes ativos frente às comorbidades não houve a incorporação de novos sujeitos, ainda que temporariamente, como estratégia de geração de renda, tampouco de ampliação da oferta de produtos oriundos da agricultura familiar municipal.

A trajetória de criação, manutenção e adequação da Feira-livre enquanto uma política pública relacionada à agricultura familiar e à agroindústria artesanal ratifica o protagonismo dos sujeitos entrevistados como coletivo em meio às adversidades. Contudo, a pesquisa levanta a existência de estratégias individuais e divergências relativas às decisões da prefeitura quanto à operacionalização de funcionamento da Feira-livre na pandemia.

Torna-se uma necessidade cidadã a observação e a reflexão sobre os caminhos do empreendedorismo individual frente à envergadura tanto de uma política pública quanto de uma cultura do protagonismo da agricultura familiar pelo viés da coletividade. Que a tensão entre as racionalidades não viralizem as dissensões a ponto de enfraquecer o protagonismo dos feirantes.

7 REFERÊNCIAS

- Aguiar, C. C., Antunes, M., Fernandes, R. A., & Reginatto, R. M. (2017). Análise das características da agricultura familiar no município de Erval Velho, SC. In *Unoesc & Ciência - ACSA*, pp. 15-24.
- Bardin, C. (2016). *Análise de conteúdo*. (Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro). São Paulo: Edições 70.
- Brasil. (1996). Ministério da Agricultura e do Abastecimento. *PRONAF — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Brasília.
- Carneiro, M. J. (1997). Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. In *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, pp. 70-82. Disponível em <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/9>. Acesso em 20 de agosto de 2020.



- EMBRAPA. (2016) *Relatório de Gestão Exercício 2016*. Recuperado de <<https://www.embrapa.br/documents/10180/1549626/Relat%C3%B3rio+de+Gest%C3%A3o+Embrapa+-+2016/a32af203-2eb2-7b51-fefc-090c92aa8144>>
- Espírito Santo. (2011). *Lei Nº 9.768, de 28 de Dezembro de 2011*. Dispõe sobre a definição das Microrregiões e Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Apostila.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2019). *Censo Agropecuário de 2017. Resultados Definitivos*. Recuperado de <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2020). *Venda Nova do Imigrante (ES). Cidades e Estados*. Recuperado de <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/venda-nova-do-imigrante.html>>
- Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN. (2009). *Perfil Regional – Sudoeste Serrana*. Microrregião Administrativa 4. Vitória, ES.
- Novaes, M. S. (1980). *Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo*. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, Coordenação Estadual de Planejamento, Governo do Estado do Espírito Santo.
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Venda Nova do Imigrante. (2009). *Histórico da Feira Livre*. Venda Nova do Imigrante/ES.
- Venda Nova do Imigrante. (2009). *Lei nº 835, de 24 de agosto de 2009*. Dispõe sobre a instituição do Programa Vale feira no âmbito de Venda Nova do Imigrante. Recuperado de <<http://www3.camaravni.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/image/L8352009.pdf>>
- Venda Nova do Imigrante. (2020). *Decreto 3.415 de 16 de Março de 2020*. Declara situação de emergência em saúde no município de Venda Nova do Imigrante-ES. Recuperado de <<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/2037/arquivos/C0B3FF31A2C23E39506FEE965F896983.pdf>>
- Venda Nova do Imigrante. (2020). *Decreto 3.422 de 20 de Março de 2020*. Determina ações da Sala de Situação de Emergência em Saúde no Município de Venda Nova do Imigrante-ES, e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19). Recuperado de <<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/2037/arquivos/C31CB028C4D830FBBF7CC000E4A1D363.pdf>>
- Venda Nova do Imigrante. *Portal da Transparência Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES*. Venda Nova do Imigrante, 2019. Recuperado de <<https://vendanovadoimigrante-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/projetos-aco.es.aspx>>



Venda Nova do Imigrante. Secretaria de Agricultura. *Notícias*. Recuperado de <http://vendanova.es.gov.br/website/site/Secretarias.aspx?id=1>

Zandonadi, M. (1992). *Venda Nova do Imigrante: 100 anos da colonização italiana no sul do Espírito Santo*. Contagem: Fundação Mariana Resende da Costa. Minas Gerais.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Palmeira, J. A., Carvalho, F. C. de, Caetano, R. da C. (2021). A feira-livre da agricultura familiar de Venda Nova do Imigrante/ES em tempos de covid-19: a percepção protagonista dos feirantes. *Holos - II Dossiê COVID-19 e o mundo em tempos de pandemia*. 37(1), 1-17.

SOBRE OS AUTORES

J. A. PALMEIRA

Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, Mestre em Ciências pela UFRRJ e Doutorando em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Tem experiência na área de Educação, como Docente na rede Estadual de Ensino -BA e, como Pedagogo atuou na Execução de Medidas Socioeducativas, Assistência técnica a Pequenos Produtores Rurais Assentados, Coordenador Pedagógico do Centro Educacional de Alcobaca e Diretor de Ensino do IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo- Campus Barra de São Francisco. Atualmente licenciado para realização do doutorado. Bolsista Faperj/Uenf. E-mail: jonadablealves@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7115-6908>

F. C. DE CARVALHO

Professor no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Graduado em Geografia, Esp. em Gestão Ambiental e Msc. em Tecnologia Ambiental. Doutorando em Políticas Sociais (UENF). E-mail: frederico.castro53@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6929-0216>

R. DA C. CAETANO

Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela UFF, mestrado em Geografia pela UERJ e Doutorado em Geografia pela UFF. Professor Associado da UENF com orientações em diversas áreas na graduação e na pós em Políticas Sociais. Deixou o cargo de chefe do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA) para exercer o Cargo de Diretor do Centro de Ciências do Homem (CCH) a partir de 2020. Os principais esforços docentes estão nas temáticas sobre: Estado, políticas públicas, ambiente, questão agrária e saúde coletiva, assim como no desenvolvimento de estudos e reflexões a respeito de formação docente, Educação do Campo, Ambiental Crítica e Popular, Cartografias Sociais e impactos socioespaciais decorrentes da indústria petrolífera na Bacia de Campos. E-mail: profrodrigo@uenf.br
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2509-4392>

Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas Ad Hoc: HUGO CRISTO SANT'ANNA E HIATA NASCIMENTO



